

PLANO B: ROTA SEGURA PARA O DESASTRE

*Alexandre Cunha**

Menciona-se freqüentemente a possibilidade do governo brasileiro alterar significativamente a política econômica. Tal mudança envolveria a adoção do assim chamado Plano B.

Tendo em vista a recorrente menção ao Plano B na imprensa nacional, é natural que o leitor se pergunte quais são as medidas que o compõem e as suas conseqüências. Esta indagação somente poderá ser respondida com certeza após uma eventual implementação do mesmo. De qualquer forma, entrevistas e propostas pretéritas dos opositores da atual política econômica permitem delinear alguns dos possíveis formatos do Plano B. E um pequeno montante de economia e história permitem antecipar algumas das conseqüências.

Para fins de exposição, considerar-se-ão neste ensaio duas possíveis versões do Plano B: a leve e a radical. A versão leve é composta por redução dos juros, do superávit primário e algum tipo de ação objetivando estimular o investimento privado (por exemplo, uma nova política industrial). A versão radical mantém todas as medidas da anterior e adiciona a estatização do setor bancário, controle de preços e/ou subsídios e algum tipo de moratória externa ou controle cambial.

A teoria econômica e as experiências passadas do Brasil e de outros países não deixam dúvidas sobre os possíveis impactos da versão leve do Plano B. Em um primeiro momento a atividade econômica se acelera (desemprego cai, PIB cresce, etc). Infelizmente, a euforia é transitória, pois cedo ou tarde a inflação retorna com vigor. Para conter a aceleração dos preços, o governo é então forçado a aumentar os juros e, devido à necessidade de impedir a explosão da dívida pública, aumentar o superávit primário e reduzir os recursos alocados para os seus programas de incentivo ao investimento privado. A economia é jogada em uma recessão e, como usualmente a inflação não cede instantaneamente, combinam-se desemprego e preços ascendentes. Isto foi exatamente o que aconteceu no Brasil com o Plano Cruzado. Naquela ocasião, se não fosse pelo congelamento de preços, a inflação teria ressurgido muito antes.

Algo similar à versão radical do B foi implementado em um país latino-americano em passado não muito distante. Em 1985 Alan Garcia tomou posse como presidente do Peru. Uma das suas primeiras medidas econômicas foi restringir, de forma unilateral, os pagamentos anuais referentes à dívida externa a 10% da receita de exportação. Em 1987, anunciou a estatização de dez bancos e algumas outras instituições financeiras. Criou-se também naquela época um rígido controle cambial. Adicionalmente, Alan Garcia foi generoso na concessão de subsídios e absolutamente despreocupado em controlar o déficit público.

Alan Garcia argumentava que suas medidas eram voltadas para as camadas mais pobres. Por exemplo, a estatização dos bancos tinha o objetivo de “democratizar o acesso ao crédito”. Infelizmente, todos os peruanos, ricos e pobres, terminaram pagando a conta dos erros cometidos pelo seu então presidente. Por sinal, uma conta expressiva, conforme

* Ph.D. em Economia pela Universidade de Minnesota e professor do IBMEC Rio.

os números a seguir atestam. O PIB cresceu 10% em 1986 e 8% em 1987. Nos três anos seguintes, a economia encolheu, respectivamente, 9%, 12% e 4%. A inflação passou de aproximadamente 90% em 1985 para 7.600% em 1990. O salário real médio em 1990 correspondia a 50% do observado cinco anos antes.

Qualquer governo pode gerar uma aceleração temporária na atividade econômica. Infelizmente, inexiste uma fórmula mágica capaz de gerar uma expansão duradoura. Talvez a atual política econômica não conduza o país a uma trajetória de crescimento permanente. Mas ela pelo menos tem o mérito de não gerar crises como aquelas vividas pelo Brasil e por diversos outros países que adotaram planos mirabolantes. Mérito que não é compartilhado por qualquer política que seja baseada nas propostas usualmente associadas ao Plano B.